

ANEXO I

PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA DIRETOR DO
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E VIAS**

Em cumprimento do n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e considerando que:

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 29 de setembro de 2022, o método de seleção facultativo ou complementar escolhido para ser aplicado no presente procedimento foi a avaliação curricular, método de seleção que permite analisar a qualificação dos candidatos para as exigências do cargo e cujos parâmetros de avaliação atendidos, e definidos na Ata 1, foram as habilitações académicas, a experiência profissional e a formação profissional;

O método de seleção obrigatório aplicado, nos termos das disposições legais aplicáveis, foi a entrevista pública que visa, numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, proceder à avaliação das aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, que se encontram vertidas nas competências comportamentais que integram o perfil de competências constante do mapa de pessoal e foram escolhidas de entre as constantes do anexo VI da Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro, a que estão associados os comportamentos identificados como mais relevantes para um desempenho profissional de qualidade;

A classificação final resulta da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos dois métodos de seleção aplicados - avaliação curricular, que se baseia numa análise documental e permite aferir da qualificação profissional mas não da efetiva qualidade da mesma, e entrevista pública, que avalia as competências essenciais ao exercício das funções inerentes aos cargos a prover, através de um contacto pessoal, e assenta na aferição do modo efetivo de atuação e conhecimentos dos candidatos e, conseqüentemente, da sua adequação e capacidade de adaptação ao cargo específico;

O candidato **Manuel Marques Pires** possui os requisitos legais exigidos pelo n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, para o provimento do referido cargo;

O referido candidato revelou possuir competência técnica na área de atuação da unidade orgânica em causa, designadamente no domínio do regime jurídico de empreitadas públicas, segurança contra incêndios em edifícios, contratação pública, segurança na construção civil, adquirida e desenvolvida no decurso da sua experiência profissional, e qualificação académica e profissional adequadas e significativas para o exercício das funções inerentes ao cargo a prover;

O candidato **Manuel Marques Pires** demonstrou aptidão para o exercício do cargo, revelando ao longo da entrevista, na qual foram exploradas as suas experiências profissionais e cuja síntese se apresenta infra, uma boa capacidade de Liderança e Gestão de pessoas, um bom sentido de Orientação para o Serviço Público, uma razoável capacidade de Planeamento e Organização da atividade da unidade orgânica e dos elementos que a integram, ser detentor de excelentes Conhecimentos especializados e de experiência tidos como essenciais ao adequado desempenho das funções de dirigente, possuir uma boa capacidade de Análise de informação e sentido crítico, demonstrar uma elevada capacidade de Trabalho de equipa e cooperação, deter uma boa capacidade de Decisão, bem como uma boa capacidade de Representação e colaboração institucional;

Aplicados os métodos de seleção Avaliação curricular e Entrevista pública, o candidato obteve a melhor valoração na classificação final – 17,07 valores;

Se prevê, face ao supra indicado e aos resultados obtidos em ambos os métodos de seleção aplicados, uma boa adaptação ao cargo, bem como um desempenho de qualidade no exercício das funções a esse inerentes;

Propõe-se a designação do candidato **Manuel Marques Pires** para Diretor do Departamento de Infraestruturas e Vias (DIV), cuja síntese curricular se apresenta infra.

Síntese curricular

Manuel Marques Pires é licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, e Pós-Graduado em Qualidade, Conforto e Segurança dos Edifícios, em Conservação e Reabilitação de Edifícios, em Instalação em Edifícios e em Economia, Gestão e Fiscalização de Obras, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Desde 1 de janeiro de 2022 que desempenha funções de Diretor do Departamento de Infraestruturas e Vias (DIV) no Município de Cascais, em regime de substituição, coordenando equipas nas diversas áreas de atuação desta unidade orgânica;

De 29 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2021 exerceu funções de Chefe da Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas (DOVI), em comissão de serviço;

Entre 1 de fevereiro de 2014 e 28 de junho de 2016 desempenhou funções de Chefe da Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas (DOVI), em regime de substituição;

Entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de janeiro de 2014 desempenhou funções de Chefe da Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas (DOVI), em comissão de serviço;

De 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 exerceu funções como Chefe da Divisão de Vias e Iluminação Pública (DVIP), em comissão de serviço;

Entre 1 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2011 desempenhou funções de Chefe da Divisão de Fiscalização e Obras Municipais (DFOM), em comissão de serviço;

De 14 de janeiro de 2008 a 30 de novembro de 2009 exerceu funções de Chefe da Divisão de Fiscalização e Obras Municipais (DFOM), em regime de substituição;

Entre 3 de janeiro de 2005 e 13 de janeiro de 2008 desempenhou funções de Engenheiro Civil na Divisão de Fiscalização e Obras Municipais (DFOM);

De 1 de setembro de 2004 a 02 de janeiro de 2005 exerceu funções de Engenheiro Civil no Projeto de Recuperação e Legalização de Loteamentos Ilegais (PLO);

Entre 6 de maio de 1999 e 31 de agosto de 2004 desempenhou funções de Engenheiro Civil na Divisão de Fiscalização de Obras (DFEM);

De 21 de maio de 1993 a 05 de maio de 1999 exerceu funções de Engenheiro Técnico Civil na Divisão de Construção e Reparação, em regime de nomeação;

Entre 18 de maio de 1987 a 20 de maio de 1993 desempenhou funções de Engenheiro Técnico Civil de 2.ª classe na Divisão de Trânsito e na Divisão de Construção e Reparação, em regime de prestação de serviços.

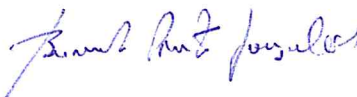
Frequentou várias ações de formação na área de atividade do cargo a prover, nomeadamente relacionadas com o regime jurídico de empreitadas públicas, segurança contra incêndios em edifícios, contratação pública, segurança na construção civil, gestão de empreitadas e tratamento da revisão de preços, reabilitação das construções, curso de estradas de baixo volume de tráfego, pavimentos na rede municipal e SIADAP.

Concluiu com sucesso o Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL).

O Júri

Assinado por: **Rogério Fernando Soares Mendes Marchante**
Num. de Identificação: 11897960
Data: 2023.05.11 10:02:02+01'00'

Eng. Rogério Marchante



Eng. Bernardo Pinto Gonçalves



Dr. Pedro Caldeira Santos